



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Conferência “Políticas Públicas”

SESSÃO DE DISCUSSÃO COM A PLATÉIA PRESENTE

Pergunta:

Sérgio, estudante de Direito:

- Há algum tempo, o senhor afirmou que só os jovens marcam realmente a história. A mídia trabalha muito pouco com a função de construir a história e informar. Há uma idéia de consumismo, e isso não contribui para a formação da cidadania. O que o senhor tem a dizer sobre a programação das tevês brasileiras?

Frei Betto:

De fato, não conheço nenhum revolucionário que tenha feito sua opção revolucionária depois dos 60 anos de idade. De Jesus a Gandhi, de Mandela a Che Guevara, de Fidel a Lênin, todos na juventude. A juventude é a idade em que somos livres para fazer opções, em que ainda não temos muitas amarras e todas as opções se colocam no nosso horizonte, inclusive as mais radicais. Depois, com a idade, vamos criando amarras e as opções mais radicais ficam mais difíceis. Elas acontecem, mas são casos raros. Por isso a juventude é estratégica para qualquer povo. E a televisão, Sérgio, sabe disso. O jovem brasileiro, segundo a pesquisa do Unicef de 2000, passa, em média, 4 horas por dia na escola e 8 horas diante da tevê. É um sucesso. E, no entanto, quando a TV foi inventada, em 1939, o *New York Times* publicou um editorial dizendo que aquele aparelho estava fadado ao fracasso. E afirmava no texto: o americano é muito ágil. Ele jamais ficará parado, sentado numa poltrona, diante de um aparelho que exige atenção exclusiva. O rádio, sim, é muito bom, porque não é preciso a pessoa deixar de movimentar-se para ouvi-lo. O *New York Times* se equivocou. Ele sempre se equivoca. Temos hoje uma TV que, com raras exceções, está totalmente atrelada à expansão do mercado. É por isso que 90% da programação são entretenimentos. Entretenimento é tudo aquilo que apela aos nossos sentidos. E 10% dedicados à cultura.

Cultura é tudo aquilo que toca nossa sensibilidade, nossa subjetividade, nossa consciência. Essa é a diferença. As pessoas não ligam a televisão para ver anúncios, mas as emissoras são mantidas pelos anúncios. Então, é preciso haver alguma programação, algum conteúdo, para estimular o telespectador a ligar o aparelho, e assim ficar vulnerável ao fluxo da publicidade. Antigamente, o anúncio aparecia no intervalo dos programas; hoje, o próprio programa tem um conteúdo chamado tecnicamente de *merchandising*, quer dizer, o próprio programa vende produtos, vende um estilo de vida. Na telenovela, a roupa que a atriz veste, a cerveja que o ator toma, o carro em que os atores se movimentam, tudo isso está sendo vendido ao telespectador. Um dos autores de novela, comentando comigo as pressões que sofreu da emissora, disse que um dia o obrigaram a incluir um cachorro na novela. Ele disse que não cabia na história, mas avisaram que tinha de incluir porque determinada firma de alimentos para cães estava pagando para que, de vez em quando, aparecesse o prato com o nome da firma em volta e o cachorro comendo naquele prato. E ele teve que cumprir a exigência. Temos hoje dois problemas.

Primeiro, uma televisão com grande influência na formação de nossa consciência, com o conteúdo voltado aos interesses do mercado, não à formação da cidadania, da consciência política, dos valores subjetivos, etc. Em outras palavras, o que a escola e a Igreja e a família ensinam choca-se com a televisão. Dou um exemplo: quando eu era criança e adolescente em Belo Horizonte, ia ao centro da cidade e meu pai me alertava para não passar em determinadas ruas onde ficava a zona boêmia da cidade. Hoje, não se pode dizer isso ao filho, porque ele liga a televisão e o “bordel” é despejado no quarto dele ou na sala de casa. Há um conflito de valores.

O segundo fator é que a minha geração, que tinha 20 anos nos anos de 1960, foi educada pelo livro. A narrativa literária tem começo, meio e fim. A imagem não. Ela subverte a seqüência temporal; você pode ver num vídeo o Ayrton Senna sendo enterrado e, em seguida, ele ganhando uma corrida e comemorando no pódio. Isso causa nas novas gerações uma confusão em relação à seqüência. E a dificuldade de estabelecer para suas vidas projetos históricos. Sem esse chão da temporalidade, não se monta uma perspectiva de historicidade.

Vou citar mais dois ou três exemplos. Meus pais comemoraram 60 anos de casados. Hoje, a média de estabilidade matrimonial no país é de sete anos. Quem passou de sete

anos, pode abrir um vinho e comemorar, porque já está no lucro... Quando me perguntam como meus pais conseguiram ficar 60 anos casados, respondo: “Porque a família era um projeto”. Como alguém tem um projeto ao entrar numa universidade, seguir uma profissão. Quando se tem um projeto, sabe-se que se vai enfrentar dificuldades, mas tudo é superado pelo objetivo de se alcançar o que se deseja. Quando não se tem projeto, ao menor fracasso, ao menor revés, muda-se de rumo. Essa é a diferença. Outro exemplo é que no passado tinha-se uma perspectiva de imprimir à vida um sentido histórico. Nos anos 60, a minha geração, tinha a utopia na veia. E eu estou convencido de que quanto menos utopia, mais química na veia. E a recíproca é verdadeira. Quanto menos utopia libertária, mais vulnerável ficamos às drogas. Não se pode viver sem sonhar, sem poder imaginar a si mesmo e ao mundo como diferentes.

A questão é que o sistema quer nos induzir a mudar. E aí nossa energia revolucionária é consumida na mudança de nós mesmos, no cabelo pintado metade de azul, metade de verde, um *piercing* na língua, na orelha, uma tatuagem... Eu me mudo, mas não mudo o mundo. Não posso querer mudar o mundo, porque eu estaria mexendo com uma estrutura que não quer ser mudada, quer ser perenizada, porque segue determinados interesses. A relação entre formação da juventude e TV é muito importante. Um dia, a sociedade brasileira vai ter que se organizar para exigir qualidade da TV. Isso não é censura, isso é direito. E a melhor maneira de fazer isso é ameaçar o anunciante do programa que fere os seus valores, que é o patrocinador, de deixar de consumir os seus produtos.

* * *

Pergunta:

- O que os conselhos municipais e a sociedade civil organizada poderão fazer para a ética e a justiça social sobreviverem?

Frei Betto:

No Governo Federal, há duas tendências: a de valorizar o pacto federativo, ou seja, a relação entre os três poderes - federal, estadual e municipal -, e a de valorizar a mobilização e a organização da sociedade civil. Sou partidário da segunda tendência.

Acredito que todos os direitos que o Estado legitimou e legalizou para a sociedade, o fez induzido pela pressão da sociedade e não porque o Estado, na sua benevolência, achou por bem fazer isso. Minha avaliação é a de que todas as formas de organização e de mobilização social são fundamentais para o bom andamento do Estado e a realização de suas políticas públicas.

Temos uma concepção de que a governabilidade depende do Congresso. Defendo que a governabilidade depende de duas pernas: do Congresso e da organização da sociedade. E gostaria muito de fazer uma experiência, um dia, em que o poder público confiasse mais na organização da sociedade do que no Parlamento. Acho que seria uma experiência inédita de grande mobilização nacional. Mas isso é uma política ousada, que exige um empenho muito grande na valorização dessa organização. O Governo Lula, nesse sentido, tem dado um exemplo sobretudo em sua relação com o MST, evitando ceder às duas pressões que fazem sobre nós e cair nas duas ciladas a que querem nos levar. Primeiro, criminalizar o movimento social, no caso o MST. E a outra, que é inversa: transformá-lo em correia de transmissão, cooptá-lo. Há que evitar as duas tendências. Deve-se respeitar a alteridade, a autonomia dos movimentos sociais, incluindo o MST. É um direito deles. Será que a reforma agrária estaria em pauta no Brasil se o MST não se mobilizasse? Sempre ficamos nos perguntando a respeito disso.

Os conselhos municipais, comitês gestores e Comitês Fome Zero, têm que exercer o papel de fiscalização do poder público, de exigência dos princípios de ética e justiça social, de educação política da população.

Voltemos ao comentário sobre a tevê. Qual o problema da televisão hoje para a juventude brasileira? É o fato de não ter educação do olhar como tive em Belo Horizonte, na adolescência, em relação ao cinema. Éramos sócios de cineclubes, e havia uma exigência: ficar depois do filme para debatê-lo. Isso criou uma cultura que nos permitiu distinguir o que é entretenimento e o que é obra de arte no cinema. A televisão ainda não entrou na sala de aula no Brasil. Embora o impacto da era imagética seja muito forte, a escola brasileira trabalha mais o texto do que a imagem, o que é uma falha.

Acredito que os conselhos e todas essas instâncias de organização e representatividade da sociedade devem investir na educação política da população, porque é a única maneira de a população se tornar menos vulnerável à propaganda política que está cada

vez mais mercantilizada e menos politizada. Na teoria de *marketing* a embalagem vale 80% do conteúdo. Uma boa embalagem atrai mais consumidores do que o conteúdo. Ela fascina porque reagimos diante do visual, não com a razão, mas com a emoção. Foram feitos estudos detalhados sobre isso. Numa loja, por exemplo, as embalagens vermelhas atraem mais do que as outras; um aroma diferente atrai o comprador. Ouvi a história de um padeiro que não ia bem dos negócios, até que alguém sugeriu que colocasse o cano da padaria saindo na calçada, para todo mundo sentir o cheirinho de pão feito na hora. Foi um sucesso. Hoje, os políticos disputam famosos publicitários e me pergunto: onde vamos parar? É preciso educar a população a ter olho crítico para esse jogo de *marketing*, porque senão daqui a pouco vamos terminar como os americanos da Califórnia, que elegeu governador um homem que é uma montanha de músculos.

* * *

Pergunta:

- Pergunta: O Governo Lula trabalha com que conceito de Estado, já que é impossível mudar sua natureza e caráter?

Frei Betto:

O presidente Lula tem consciência de que este não é o Estado que ele gostaria de governar. Quando falamos de burocracia, estamos falando da dificuldade de fazer esta máquina chamada Estado servir aos interesses da maioria da população. Dificuldade que não existe quando se trata da minoria, da elite. Até porque foi a elite que montou este Estado com essas leis.

Podemos dar muitos exemplos, mas vamos retomar o acordo com o FMI, que impede o poder público de investir em infra-estrutura. É um exemplo de como se cria uma máquina que não favorece aos interesses da nação.

Temos que ter muita clareza da diferença entre partido, governo e Estado. O partido representa determinados interesses de um setor corporativamente organizado por uma identidade político-ideológica e que expressa, dentro dessa identidade, determinadas demandas que julga serem da maioria da população. Todo partido, em princípio, age assim, não estou falando só do PT. Isso é o que caracteriza um partido político. O governo são aqueles representantes que, eleitos ou indicados pelos eleitos, compõem um

corpo de trabalho para realizar aquelas propostas que sancionaram sua eleição, venham do partido ou de suas corporações. Um governante não representa só os interesses do partido; representa também os interesses de sua profissão, de sua pauta, de sua agenda política específica, da área econômica, da área social, da área agrícola, da área educativa, enfim. O governo vive nessa permanente tensão entre as demandas de seu partido ou da coligação de partidos que o apóia e as dificuldades da máquina estatal, que não foi montada por ele e que ele não pode em tão poucos anos reformular. Ou seja, essa tensão é permanente entre o governo e o Estado. O Estado transcende o governo e, muitas vezes, dificulta a ação de governo, porque não se confunde com o governo e o governo não tem forças para modificá-lo em tão pouco tempo.

Várias vezes no Brasil já se falou em desburocratização. Qual é o problema da desburocratização? O problema não tem a ver com a dificuldade da elite para movimentar seus interesses, tem a ver com a dificuldade de as coisas acontecerem de acordo com os interesses do poder público. Vou dar o exemplo do crédito bancário que o governo está oferecendo. Um gerente de agência bancária do interior é parte da elite da cidade, convive com ela, com o juiz, o grande comerciante, o fazendeiro. Não é fácil para esse gerente passar a tratar da mesma maneira e com o mesmo respeito e atenção um pequeno agricultor semi-analfabeto. Não é fácil para o Estado isentar esse pequeno agricultor de uma série de exigências burocráticas feitas justamente para dificultar que as benesses do Estado, como é o caso do crédito público, estejam ao alcance de muita gente.

Assisti a uma entrevista do George Soros, que é o maior especulador do mundo. Um dos entrevistadores perguntou: “O senhor sabe que tem uma péssima fama no mundo, de que faz especulações anti-éticas, burlando as leis dos países?” Ele respondeu: “Sei disso, mas há um erro nesse julgamento. Jamais fui processado por qualquer país, jamais agi contra a lei. Tenho assessores que estudam as brechas da lei e me valho delas para fazer as minhas operações financeiras”. É isso, as brechas da lei, o chamado casuísmo existe, só que o povo não sabe nem quais são as leis, muito menos como analisar e discutir as brechas da lei. Mas existem pessoas que são profissionais em descobrir as brechas da lei. Agora, em Brasília, estamos fazendo o *lobby* do bem e descobrimos algumas brechas que favorecem o povão. Por exemplo: a compra direta da agricultura familiar foi uma brecha da lei, porque o Governo Federal não pode comprar nada sem licitação. E essa

compra é sem licitação. Descobrimos uma brecha em favor do povo e colocamos em execução. Estamos até com receio de que haja uma inversão, porque até hoje o Fome Zero não conseguiu aprovar a lei do Bom Samaritano, que tecnicamente tem esse nome. A lei do Bom Samaritano é o seguinte: Se uma indústria joga alimento no lixo, nada acontece. Mas se doar para uma creche ou para um asilo, e alguém passar mal, a empresa paga uma enorme multa. Então um sem-número de empresas jogam alimento no lixo e não dão para quem precisa porque não conseguimos, em quase tres anos de governo, aprovar a lei do Bom Samaritano, que existe desde 1996. O Congresso não aprovou, só inverteu o processo. Passa a multar e penalizar quem joga comida fora e passa a proteger quem doa o alimento excedente. Há empresas que fazem sanduíche para empresa aérea, e está lá o prazo de validade é de um dia. No dia seguinte, elas jogam toneladas de alimentos fora. Porque ainda não se conseguiu aprovar esse projeto de lei, que se encontra no Congresso há 6 anos. Isso é o Estado brasileiro.

* * *

Pergunta:

- A indagação é com relação à postura do Governo Lula, especialmente no caso de alguns veículos de informação como Veja, TV Globo... Qual seria o papel do governo para tentar informar, educando politicamente a população? Qual a relação do governo e a mídia e como torná-la mais eficaz e transparente?

Frei Betto:

Essa é uma relação. A relação entre o Estado e a mídia, no Brasil, sempre foi de convivência acima de qualquer suspeita. Ou seja, vocês sabem que durante muito tempo o Estado distribuiu rádios e tevês, que são concessões públicas, de acordo com sua conveniência política. No atual governo pretende-se acabar com isso. Não pensem que é fácil. Vocês não sabem a luta que a gente tinha no Fome Zero para que as rádios comunitárias, que os comitês gestores criaram em municípios Fome Zero, não fossem fechadas pelo nosso governo. Que, diga-se de passagem, é uma coisa realmente kafkiana. Estimulamos a criação de rádios comunitárias e, ao mesmo tempo, tínhamos que ficar lá em Brasília segurando a Polícia Federal e o Ministério das Comunicações para que eles não cumprissem a lei que fecha rádio comunitária. Houve avanços. O ministro Miro Teixeira deu grandes passos no sentido de acabar com a repressão às

rádios comunitárias. Ele Aprovou na rede de municípios Fome Zero uma centena de rádios comunitárias. Depois o ministro Eunício de Oliveira, que substituiu o Miro, também continuou nisso e estava sendo bombardeado porque ele abriu o leque não só para rádios comunitárias, mas também para tevês comunitárias. De vez em quando você escuta na grande rádio: “Denuncie rádio pirata porque interfere na ambulância, interfere no carro da polícia”. Mentira. Se a grande rádio não interfere, como é que a pequena vai interferir? Não é verdade isso, mas existe um terrorismo porque eles não querem perder o monopólio, não querem a democratização das comunicações.

Então esse é um trabalho complicado Primeiro, porque o governo tem uma grande máquina de comunicação, mas nem sempre soube usá-la bem. Nisso, o governo se compara à Igreja Católica. A Igreja Católica, comparada com todas as Igrejas, é a que tem o maior número de veículos de comunicação na mão. Mas tudo cheira a incenso e não a profissionalismo. Você não liga a televisão para ver meia dúzia de pessoas rezando o terço. Tem que haver algum atrativo naquilo. Terço é rádio, é microfone de igreja, alto-falante de igreja. Aí fica todo mundo: “ah, por que estamos perdendo espaço?” Evidente, porque a Igreja Universal do Reino de Deus, em matéria de jornalismo, é profissional. Quando contrata um âncora para fazer seu noticiário, ela não chama um pastor que é muito amigo do diretor, boa pessoa, mas que nunca estudou jornalismo e não sabe nada de comunicação, e fica lá falando aquelas coisas. Ela pega um judeu chamado Bóris Casoy, que é um profissional altamente qualificado, e põe lá para fazer seu noticiário. Isso se chama profissionalismo.

O Governo Lula faz muito mais do que consegue comunicar. Essa é uma dificuldade, uma tensão permanente. Frequentemente. Quando eu falo do Fome Zero pelo Brasil afora, as pessoas no fim dizem: “mas por que o governo não fala na televisão isso que você está falando?”, “por que não fala dessa coisa da cisterna, de que tem 3 milhões de famílias e não mostra as famílias que estão sendo beneficiadas, que estão saindo da miséria?” O efeito mais forte do Fome Zero, principalmente nos municípios onde começamos em 2003, é a redução drástica da desnutrição e da mortalidade infantis. Em Guaribas, onde começamos o Fome Zero, em 2002, o índice de mortalidade era de 59,9 crianças no primeiro ano de vida, em cada 1.000 nascidas vivas. Em abril de 2004, o índice de mortalidade infantil em Guaribas passou a ser zero, graças ao Fome Zero. O Lula falou isso lá em Londres, mas quase ninguém ouviu aqui no Brasil. Então é isso, temos muita

coisa para mostrar, mas não é fácil quebrar esse bloqueio porque o governo tem de pagar as emissoras de televisão pra fazerem publicidade dele. Isso é uma questão até de sobrevivência deste governo: saber comunicar tudo aquilo que está realizando.

* * *

Pergunta:

- Dentro das políticas públicas a questão da segurança é objeto de estudo? E, dentro dessa proposta, como é vista a política de tolerância zero aplicada em Nova Iorque pelo prefeito anterior, Rudolph Giuliani?

Frei Betto:

Olha, não estou muito a par de detalhes nessa área, mas sei o seguinte: a política de segurança é uma preocupação permanente, do ponto de vista da investigação de experiências internacionais, do ponto de vista da investigação teórica do Ministério da Justiça. O ministro Márcio Thomaz Bastos faz um excelente trabalho no governo, leva muito a sério a questão da segurança. A limitação que existe é que a segurança estadual é responsabilidade dos estados e não do Governo Federal. O Governo Federal tem apenas dois braços de segurança. Um que nada tem a ver com a violência urbana, que são as Forças Armadas, e outro que tem a ver com a defesa dos interesses maiores do País, da soberania, das fronteiras, que é a Polícia Federal. Quando se trata de crimes que afetam diretamente o poder federal, ela então entra em ação. Mas a Polícia Federal não tem a obrigação de reduzir a violência em nenhum estado brasileiro. Então, aí sim, na segurança o pacto federativo tem que ser bem exercido para se chegar a um bom termo no combate à criminalidade e, sobretudo, às causas da criminalidade. Conheço um pouco a história de como as coisas vêm acontecendo. Vou falar sem citar nomes porque, na posição em que estou, não convém citar nomes; no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, onde as favelas, em sua maioria, são controladas pelo narcotráfico. Havia um governador do Rio, na época eu trabalhava na Central de Movimentos Populares, que resolveu destruir todas as associações comunitárias das favelas. Simplesmente deslegitimá-las, não dar nenhum apoio. Quer dizer, ele criou o vazio que permitiu ao narcotráfico ocupá-lo. E isso agora é difícil reverter. Havia associações comunitárias muito bem constituídas, que faziam um excelente trabalho e a incidência do narcotráfico naquele momento não era significativa. Se tivéssemos implementado melhor essa organização popular, o tráfico

de drogas não teria tido tamanha expansão. Mas esse governador decidiu que é melhor governar sem a participação da sociedade civil organizada.

Quero chamar a atenção para um detalhe. Todo governante tende a querer a sociedade imobilizada. Ocupei uma função no governo, inédita. Era coordenador da mobilização social. Então se trata de um governo que quer a sociedade mobilizada, que cria uma assessoria só para cuidar dessa mobilização. Governo não é só para receber aplausos. É para ser cobrado. Isso é um dever e um direito da sociedade civil e, principalmente, dos movimentos sociais.

* * *

Pergunta:

- A última questão diz respeito às políticas ou às medidas citadas como medidas paliativas, como o Fome Zero, se elas sobreviverão e como podem ser implementadas se o governo, futuramente, não possibilita um mercado de trabalho. Se não há emprego, como matar a fome?

Frei Betto:

Primeiro, discordo que o Fome Zero seja paliativo. O Fome Zero está conseguindo ter um impacto significativo nas famílias que vivem numa situação crônica de miséria no Brasil. As famílias que entram no cadastro do Fome Zero, do Bolsa Família, são aquelas que têm, pelo critério da ONU, renda mensal equivalente ao máximo 30 dólares ou diária no máximo equivalente a 1 dólar. Então, o fato de essas famílias terem uma renda, uma transferência de renda e, ao mesmo tempo, de o governo investir na agricultura familiar local e beneficiar os municípios onde elas vivem com um conjunto, isso vem provocando modificações substanciais nesses municípios; tanto que vocês podem observar que em 2003 a televisão começou a mostrar o clamor dos prefeitos com a seca no Nordeste porque existe uma série de leis que beneficiam com recursos prefeituras em situação de calamidade pública. Essa é uma torneira pela qual uma prefeitura pode obter recursos sem grandes burocracias. Então, toda vez que começa a estiagem vem essa grita. Em 2003 essa grita não durou mais de uma semana. Porque, falando claro, os prefeitos não tinham moral para se queixar da estiagem, na medida em que o Fome Zero já tinha tomado uma série de precauções para evitar que estiagem agravasse a situação das

famílias. Então a grita não durou mais de uma semana porque, na medida em que a mídia ia conferir, não batia com aquilo que eles diziam.

Outra questão: acho que a nossa maior dificuldade no governo é conseguir a sinergia de todas essas políticas públicas da área social que estão sob esse guarda – chuva do Fome Zero .O Fome Zero não é só uma política pública do ministério do Patrus Ananias. É também do Ministério do Trabalho, do Ministério da Previdência, do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, isto é, tudo isso que diz respeito à inclusão social, à melhoria dos índices de desenvolvimento humano, tudo isso é o Fome Zero. A prioridade é do Governo Lula, e não do Patrus, é uma prioridade do governo como conjunto. Mas não se tem conseguido essa sinergia de que as várias políticas públicas coincidam com a implantação do Bolsa Família lá naquele município ou na área metropolitana do País. Essa é a maior dificuldade. As políticas existem, mas devido às dificuldades da máquina do Estado não se promove essa agilização. Com o agravante que ainda não se conseguiu, como já disse, desbloquear o gargalo da questão do combate ao desemprego através do investimento em infra-estrutura. Negocia-se com o FMI, neste sentido, porque essa é a via possível de poder combater e reduzir o índice de desemprego no Brasil, aumentando o investimento na recuperação de rodovias, portos, construção civil. Isso absorve muita mão-de-obra, e em governos anteriores sempre foi assim; mas, atualmente, estamos com uma camisa-de-força, e tentando quebrá-la renegociando o acordo com o FMI.

Muito obrigado pela paciência de vocês, e guardem essa frase: deixemos o pessimismo para dias melhores.

* * *